

Dívida Pública

Contas públicas Esforço fiscal tem de ser mantido até 2010, diz Fundo

Relatório do FMI mostra que país poderá reduzir a dívida

Claudia Safatle
De Brasília

O Fundo Monetário Internacional, em relatório sobre a economia brasileira preparado pelo corpo técnico e concluído neste mês, diz que é "imperativo" prosseguir no esforço fiscal nos próximos dez anos e perseguir nas reformas, inclusive na seguridade do funcionalismo público, para colocar a dívida líquida do setor público em trajetória descendente e em patamar sustentável.

O documento indica que será possível ao país reduzir a proporção da dívida pública líquida dos atuais 49,5% do PIB para 43,3% do PIB em 2010, mantendo um superávit primário consolidado de 2,2% do PIB em média nos próximos dez anos; e um déficit nominal na casa de 1,8% do PIB. Para isso o governo terá, contudo, que manter sob rédeas curtas o orçamento de custeio e capital (OCC) nesses dez anos — com zero de crescimento real e a folha de pessoal também deverá cair de cerca de 5% do PIB realizado em 2000 para 3,97% em 2010.

Esse é o cenário básico para as projeções, que foi construído a partir das seguintes premissas: crescimento de 4,5% este ano e em 2002 e 4% a partir daí até 2010; juros reais de 10,7% este ano, 9,2% em 2002 e 7,5% daí em diante; e taxa de câmbio média de R\$ 1,92 este ano, com depreciação gradual chegando a R\$ 2,14 em 2010; e inflação, medida pelo IGP-DI de 4% este ano e em queda gradativa até 2,5% ao final da década.

O documento do FMI busca res-

ponder a uma questão básica: se a evolução do quadro fiscal até 2010 leva ou não a um quadro insustentável de acumulação de dívida — e procura identificar a margem de manobra do governo nessa área. Para os técnicos do fundo, o principal desafio do governo no médio prazo é consolidar o ajuste fiscal iniciado em fins de 1998. A rigor, a resposta é que mantido o esforço fiscal até 2010, com redução dos juros, crescimento econômico e mais reformas, a situação é sustentável. Os técnicos do FMI assinalam ainda a necessidade de uma reforma na área dos impostos, além de outras microeconômicas, para aumentar o espaço de crescimento não inflacionário.

Outros dois cenários são elaborados: se as despesas discricionárias do OCC (sob as quais o governo tem margem de manejo) tiver crescimento anual real de 2,5%, o ritmo da queda da dívida como proporção do produto seria incomodamente vagaroso, chegando ao final da década em 44,4%. Se o governo optar por elevar as despesas do orçamento de custeio e capital em 4% ao ano e o gasto com pessoal ficar na casa dos 4,75% do PIB em 2010, essa relação seria insustentável: chegando a dívida líquida do setor público ao final de 2010 em 49,4% do PIB.

A trajetória da dívida pública traçada pelos técnicos do fundo, no cenário básico, é de uma queda gradual de cerca de 0,7 ponto percentual do PIB por ano, em média, até chegar a 43,3% do PIB no final da década, com a necessidade de financiamento do setor público

também declinando cerca de 1% do PIB. Se os investimentos públicos permanecerem constantes, isso significará um aumento de 3,5 pontos percentuais na poupança do setor público ao final da década, em comparação com o resultado do ano passado. Um aumento que, na avaliação do FMI, suportaria o necessário ajuste do balanço de pagamentos e disponibilidade de recursos para os investimentos privados durante esse período.

Com base nessas premissas, o superávit primário necessário para colocar a dívida líquida em 48,5% do PIB em 2002 é de 3% este ano e de 2,7% do PIB no ano que vem.

Para elaborar as projeções de receitas os técnicos do fundo estimaram uma expansão da base tributária em linha com a evolução nominal do produto. Para as outras receitas, definiram caso a caso. As concessões de serviços públicos deverão gerar R\$ 8,7 bilhões, ou 0,7% do PIB, este ano. Em 2002, essa receita cairia para a casa de 0,2% do PIB e, de 2003 a 2005, haveria uma retomada de receitas da ordem de 0,3% do PIB ao ano com os leilões de GSM — sistema global de tecnologia móvel. A conta-petróleo deve gerar um superávit de 0,53% do PIB este ano e a Contribuição sobre Domínio Econômico, que a substituirá, representará um superávit de 0,35% ao ano de 2002 a 2010. Com a privatização e a redução dos preços internacionais do petróleo, a distribuição de dividendos para o Tesouro nacional deve cair, situando-se na faixa de 0,14% do PIB na média, de 2003 a 2010. As receitas do INSS deverão corresponder

a de 5,1% do PIB na média, durante a década, supondo que os salários reais no setor formal crescerão conforme o aumento real do produto. Com o crescimento médio de 4% no pagamento de benefícios, por ano, o déficit do INSS estimado pelo fundo é de 0,8% do produto durante esses 10 anos.

Com o fim das receitas das concessões a partir de 2005, a queda dos dividendos e a conta-petróleo produzindo um superávit moderado, as receitas totais do Tesouro Nacional terão uma queda de 1,8 pontos percentuais do PIB de 2001 a 2003 e não se recuperam nos anos seguintes. Isso poderá representar uma execução fiscal difícil principalmente para os gastos discricionários do orçamento de custeio e capital nos anos de 2002 e 2003. A partir de 2004 o superávit primário, com base no cenário traçado pelo FMI, terá uma recuperação gradual, passando de 1,6% do PIB em 2004 para a casa dos 2,25% do PIB em 2010.

As empresas estatais darão uma contribuição mais moderada à geração de superávit primário a partir do ano que vem, não só por causa da queda dos preços do petróleo, que diminuem o lucro da Petrobrás, mas pela continuidade da privatização e pela necessidade de fazer investimentos mais pesados nas áreas de gás e óleo. Assim, o superávit esperado das estatais a partir de 2002 é de 0,1% do PIB. Para os estados e municípios, a expectativa é de superávits na casa de 0,1% do PIB a partir de 2005.